vol. 13, 2026
DOI 10.19092/reed.v13.1074

# “PROFISSÃO ACIDENTAL”: A TRAJETÓRIA E A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS DOCENTES DE DIREITO EM UMA FACULDADE DO INTERIOR DO CEARÁ

Luis Gustavo Régis Pitombeira[1]
Thiago Arruda Queiroz Lima[2]

**RESUMO**

A presente pesquisa consiste em uma análise da trajetória e das identidades de professores de um curso de Direito, ofertado por uma faculdade privada localizada no interior do Ceará, buscando-se dialogar com o campo da sociologia das profissões jurídicas. A partir de observação participante e entrevistas realizadas com alguns desses docentes, o objetivo é analisar as diferenças entre o professor acadêmico e o professor prático de Direito, identificando-se aqueles que desejam atuar exclusivamente como docentes e aqueles que carregam outras identidades profissionais. Com base nas observações realizadas, conclui-se que, no grupo estudado, existem diferentes perfis, sendo possível identificar tanto professores práticos quanto profissionais que atuam exclusivamente como professores, o que pode gerar uma diversidade metodológica entre os membros do corpo docente. Além disso, ao ingressar no mercado de trabalho, a maior parte dos membros do grupo estudado não tinha a docência como meta profissional, apresentando-se assim o magistério, para eles, como profissão acidental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito; identidade docente; professor(a) profissional; sociologia das profissões; trajetória acadêmica.

[1] Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) | ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6598-6200.
[2] Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) | ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6598-6200.



Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

vol. 13, 2026
DOI 10.19092/reed.v13.1074

# "ACCIDENTAL PROFESSION": THE TRAJECTORY AND PROFESSIONAL IDENTITY OF LAW LECTURERS AT A COLLEGE IN INTERIOR CEARÁ

Luis Gustavo Régis Pitombeira
Thiago Arruda Queiroz Lima

## ABSTRACT

The present research consists of an analysis of the trajectories and identities of professors in a Law program offered by a private college located in the countryside of Ceará, seeking to establish a dialogue with the field of the sociology of legal professions. Based on participant observation and interviews conducted with some of these faculty members, the objective is to analyze the differences between the academic professor and the practitioner professor of Law, identifying those who wish to act exclusively as educators and those who carry other professional identities. Based on the observations made, it is concluded that within the studied group, there are different profiles, making it possible to identify both practitioner professors and professionals who work exclusively as teachers, which may generate methodological diversity among the faculty members. Furthermore, upon entering the labor market, most members of the studied group did not have teaching as a professional goal; thus, teaching presented itself to them as an accidental profession.

**KEYWORDS:** Law; teaching identity; professional teacher; sociology of professions; academic trajectory.



Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

vol. 13, 2026
DOI 10.19092/reed.v13.1074

# 1 INTRODUÇÃO

A docência, interpretada como o ensinar e o aprender, realizada em uma via de mão dupla entre o docente e o discente, não se faz presente apenas no ambiente escolar, mas também na prática social em geral (Anastasiou, Cavallet, & Pimenta, 2002). Saber atuar enquanto um "conceptor e gestor do currículo" (Masetto, 2003, p. 70) é uma das competências mais relevantes do professor, pois realizar "uma preparação pedagógica que conduza a uma reconstrução da experiência por parte do professor-aprendiz pode ser altamente mobilizadora para a experiência e a construção de novas formas de ensinar" (Anastasiou, Cavallet, & Pimenta, 2002, p. 215).

Assim como ocorre em outros cursos, o ensino em Direito também é objeto de um conjunto diversificado de estudos, os quais buscam entender peculiaridades inerentes não só à área em si, mas também ao seu corpo docente. Mesmo sendo função dos educadores formar, para a vida cidadã e profissional, os educandos, o ensino do Direito, ao meramente informar e adicionar conhecimentos, "continua adotando basicamente a mesma metodologia da época de sua criação: a aula-conferência. É ela a técnica preferencial do ensino tradicional" (Carlini, 2007, p. 331).

Conhecido por ser um "campo do saber restrito, elitista, com gênero, classe e cor bem determinados, em que as preocupações eram mais relacionadas ao Estado e à política do que à realidade de violências e violações que se vivia no país" (Barbosa & Coelho, 2020, p. 2), o Direito, por meio de seu tipo profissional, conquistou um espaço de prestígio na sociedade brasileira, em razão das amplas possibilidades de exercício da atividade jurídica oferecidas aos juristas. Esse contexto, de acordo com Wolkmer (2015), estimulou a formação desse tipo de agente como jurista prático, cuja intenção, ao atuar na área, seria a aplicação irrestrita da lei, em detrimento das condições sociais que a realidade imprime àqueles que buscam os seus serviços.

Assim, é natural que o jurista profissional explore essas diversas atividades, mas também que se sinta compelido a se especializar, estabelecendo uma identidade profissional em um ramo específico. Bonelli *et al.* (2019) apontaram esse interesse como reflexo dos fenômenos da fragmentação profissional no campo jurídico e da crescente diversificação do corpo docente de Direito, deslocando a profissão da posição central na identificação de seus membros. Isso gera um


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

impacto direto no corpo docente de Direito, exigindo que a formação docente se adeque às complexidades das múltiplas experiências que os novos professores devem, hoje, levar ao ambiente pedagógico.

Dentro do espectro de possibilidades que a graduação jurídica proporciona, o professor de Direito é visto, no Brasil, como alguém sem identidade profissional definida, o que é interpretado, por vezes, como ausência efetiva de profissionalização da carreira docente (Musse & Filho, 2015). Em razão disso, muitos professores não veriam a docência como sua principal área de atuação, reduzindo-se a quantidade destes que praticam a dedicação exclusiva da docência nas universidades. Segundo Maia (2024), a maior parte dos docentes é composta de juristas práticos que se dedicam ao ensino apenas em tempo parcial, a exemplo de advogados, juízes, promotores, defensores, delegados etc., sob uma espécie de dupla jornada de trabalho jurídica (Oliveira, 2012).

Os últimos anos, no entanto, vêm mostrando uma série de mudanças nesse perfil[3] por uma série de fatores, como melhorias das condições de vida por parte do serviço público e da segurança que se dá pela atividade enquanto concursado. Ainda assim, no setor privado, essa situação ainda não parece ser o padrão, tendo em vista que não há garantia de uma estabilidade como no setor público. Em razão disso, muitos professores não veriam a docência como sua principal área de atuação.

A diversidade profissional jurídica, possibilitando trabalhar em inúmeras áreas, acarreta o aumento da demanda por cursos superiores de Direito, atraindo mais estudantes ao mostrar um mercado de trabalho com mais oportunidades. Bonelli *et al.* (2019) apontaram como reflexo disso a "perda de qualidade do ensino e do profissional formado nesses cursos, além da precarização da atividade docente desses estabelecimentos" (p. 662), traduzindo-se em um empecilho para verificar a qualidade dos cursos e dos alunos formados.

[3] O curso de Direito da Universidade de Brasília já registra 61% dos seus professores em dedicação exclusiva, sendo que entre 2009 e 2019, 83% das novas contratações foram nesse regime – uma tendência que está se consolidando nas últimas décadas. Além disso, em universidades federais do interior, há indicadores ainda mais altos de dedicação exclusiva, como no curso da Universidade Federal de Jataí, que já conta com 83% dos docentes em regime de dedicação exclusiva (Maia, 2025).


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

O aumento exponencial de faculdades de Direito no Brasil (Ordem dos Advogados do Brasil, 2022), fazendo com que haja cerca de 1.800 cursos por todo o país, leva a uma necessidade de se contratarem cada vez mais docentes para lecionar em diversas localidades, como nos interiores do país. Diferentemente das universidades públicas, espaços nos quais o recrutamento de seus docentes se dá por meio de concursos públicos, o perfil de contratação desses profissionais leva em consideração outros critérios, orientando-se por diretrizes mercadológicas, como a experiência da atuação prática desses profissionais no exercício do Direito em seus diversos ramos, a exemplo da advocacia privada ou trabalhos em órgãos públicos (Falcão, 1981; Sguissardi, 2015).

O curso de Direito ao qual se vincula o grupo de docentes aqui estudado foi fundado há apenas cinco anos, aproximadamente. Localizado em um município no interior do Ceará, o curso reúne diversos perfis de professores, como mestrandos e doutorandos de diferentes formações, advogados, juízes, outros tipos de servidores públicos vinculados a diversos órgãos, oriundos de diversas localidades, abrangendo-se cidades situadas dentro e fora do estado do Ceará.

A partir desse contexto, o trabalho pretende analisar as falas dos professores sobre suas vivências particulares, traçando sua trajetória acadêmica a fim de entender como se constituiu sua chegada à faculdade e à própria docência. Observa-se, ainda, se era essa a sua meta profissional ao ingressar na academia ou se a docência é uma profissão acidental em sua vida profissional, em decorrência das circunstâncias que permearam as suas trajetórias. Assim, faz-se possível compreender se seu objetivo é, realmente, consolidar-se como professores, seja na instituição atual – um ambiente que pode ser visto como uma ponte – ou em outra instituição; se trata de fazer currículo, ou seja, de somar novas experiências profissionais; ou apenas de obter alguma remuneração adicional, encontrando-se ali uma forma de se sustentar temporariamente.

Para isso, o artigo se organiza em três tópicos, além desta introdução e das considerações finais. No ponto 2, apresenta-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento da investigação. No ponto 3, expõe-se o perfil dos docentes entrevistados, explorando-se aspectos como titulação, autoidentificação profissional, tempo de atividade docente, se possui atuação profissional exclusiva


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

na docência, entre outros. No ponto 4, são levantados e discutidos de forma mais específica os elementos ligados à trajetória e a identidade profissional dos docentes entrevistados, com foco no modo como percebem seu interesse pelo magistério superior, seu ingresso na carreira e a posição que essa função ocupa no conjunto da sua atuação profissional.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA A FORMULAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa, de natureza qualitativa, tem como principais referências os trabalhos de Bonelli *et al.* (2019) e Maia (2024), além dos escritos de Faulkner e Becker (2008), partindo para uma pesquisa de observação participante e de imersão total no campo (Faulkner & Becker, 2008), vez que se trata do engajamento em um grupo do qual um dos autores faz parte, ou seja, familiar anteriormente à investigação. Assim, definir o espaço, a partir do entendimento antropológico sobre onde se encontram as interações e sobre como elas se incorporam ao contexto jurídico observado, é o primeiro passo para começar a pesquisa de campo.

Inicialmente, um dos autores desta pesquisa fez, durante duas semanas, anotações a respeito do grupo estudado, ao estilo de um diário de campo, embasado por leituras sobre a identidade profissional do professor de Direito (Maia, 2024). As aulas presenciais do curso de Direito são apenas noturnas (apesar de haver oferta de disciplinas em modalidade de ensino à distância, ou EAD, que não são o foco da presente pesquisa). Em razão disso, as observações se concentraram na sala dos professores da instituição escolhida, sempre antes das aulas – no horário de, aproximadamente, 18h30 e 19h, – e após o intervalo, geralmente entre 20h10 e 20h40. Nesses momentos, os docentes costumam reunir-se para tomar café e conversar entre si, sobre, por exemplo, como está sendo o seu dia, a sua semana, como foi ou como vai ser o fim de semana, como estão as aulas etc. Além disso, a sala dos professores é um local onde eles se permitem falar sobre suas experiências de vida, sobre suas trajetórias acadêmicas e sobre suas pretensões profissionais.

Feitas essas averiguações iniciais e recolhidas as informações primárias, pudemos passar para a entrevista com os docentes. A instituição contava à época


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

com 13 professores atuando de forma presencial (e com 2 professores que atuavam sob a modalidade EAD). Com base nas observações, foi possível entrevistar 8 docentes, cujo acesso era facilitado pelo fato de frequentarem os espaços de convivência. Ao mesmo tempo, esse procedimento permitia uma integração entre a observação participante e as entrevistas.

As entrevistas ocorreram de forma virtual, sendo devidamente gravadas e gerando um total de, aproximadamente, quatro horas de diálogo. Realizadas em um formato narrativo, na estrutura de uma conversa de participação ouvinte do entrevistador, as entrevistas buscaram deixar livres os entrevistados para que pudessem contar as suas histórias da forma como lhes coubesse (Bertaux & Kohli, 1984).

O ponto de partida da entrevista consistia na seguinte pergunta: como você, com sua formação em Direito e com as diversas opções e lugares de possibilidades e áreas de atuação, chegou à docência aqui nesta faculdade? A proposta era gerar um diálogo dinâmico e aberto sobre o histórico acadêmico-profissional de cada docente. De acordo com Brito (2019, p. 93), "a composição dos corpos docentes é fundamental para formular teorias ou hipóteses fundamentadas acerca de suas posições e comportamentos", sendo esse um caminho estratégico para determinar como o curso de Direito da instituição analisada se comporta diante do atual cenário do ensino jurídico, composto por inúmeros cursos de Direito, os quais formam milhares de bacharéis por todo o país. À medida em que o diálogo ocorria, novas perguntas eram feitas a depender do que fosse respondido inicialmente, de maneira fluida e não roteirizada.

Da realização de entrevistas, não se depreendem apenas fatos objetivos sobre trajetória profissional e acadêmica dos docentes como forma de interpretar os seus perfis no magistério (Brito, 2019), mas, para além disso, o relato autobiográfico se baseia na preocupação em extrair uma lógica retrospectiva e prospectiva, e estabelecer relações inteligíveis (Bourdieu, 2009), pois seus contextos moldam a sua trajetória e implicam na forma como se comportam dentro do campo jurídico estudado.

O estudo da identidade e da profissionalização docente tem se tornado um tema cada vez mais recorrente no campo da pesquisa das profissões, em razão do


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

interesse pela busca da identidade profissional do professor, a sua relação com práticas culturais, questões de carreira e organização profissional e sindical, além de questões de gênero que emanam do tema (André & Romanowski, 1999). Dentre essas pesquisas, percebe-se que a parcela que se dedica à questão da identidade docente é ainda muito pequena (Diniz-Pereira, 2013), o que reforça a importância e a relevância da presente pesquisa para o campo jurídico, no qual uma quantidade relevante de docentes atua em outras áreas para além da docência, gerando-se um perfil profissional do grupo.

## 3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE EM DIREITO: QUAL O PERFIL DOS ENTREVISTADOS?

O surgimento do curso de Direito se vincula historicamente à intenção de formar operadores do sistema jurídico orientados pelo formalismo jurídico. De início, isso fazia com que os seus alunos não buscassem uma sensibilização relativa aos anseios da sociedade brasileira, resumindo-se o papel do docente à reprodução das leis e das codificações (Soares, 2010), sem a preocupação com a formação de um pensamento crítico. Nessa perspectiva, não havia, da parte do docente, maiores interesses em alterar a realidade ali instalada (Soares, 2010), o que produziu significativos reflexos não somente na forma como as aulas eram ministradas, como também na própria busca pelo magistério enquanto uma profissão exclusiva desses profissionais jurídicos.

Mello (2007) coloca em pauta uma espécie de naturalização, por parte do docente, do ensino jurídico como mera transmissão do conteúdo, sem que tenha havido, anteriormente ao seu ingresso na docência, uma preocupação em relação à aprendizagem da profissão de magistério. Para isso, basta que seja o docente um jurista prático, ou seja, que exerça outras atividades práticas do campo para além do magistério. Isso faz com que os professores de Direito se afastem do perfil de docente em tempo integral – também chamado de professor acadêmico ou professor profissional (Maia, 2025), que não exerce quaisquer outras atividades jurídicas profissionais.


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Conforme as informações abaixo, nota-se que, pelo grupo de professores entrevistados, apenas três deles dedicam-se, exclusivamente, à docência, enquanto os outros cinco possuem atividades profissionais complementares ou mesmo de maior dedicação do que o ensino na faculdade. Os entrevistados têm o perfil profissional descrito na Tabela 1.

**Tabela 1**

*Perfil profissional dos entrevistados*

| Identificação | Idade (faixa etária) | Titulação | Autoidentificação profissional | Tempo de atividade docente | Tempo de atividade profissional considerando todas as áreas de atuação | Exclusividade de atuação na docência |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **PROF. 1** | 40-45 anos | Especialista | Advogado/professor | 7 anos | 18 anos | Não possui |
| **PROF. 2** | 45-50 anos | Mestre | Professor | 20 anos | 25 anos | Não possui |
| **PROF. 3** | 55-60 anos | Especialista | Servidor Público | 4-5 anos | 16-17 anos | Não possui |
| **PROF. 4** | 25-30 anos | Mestre | Professor | 3 anos | 3 anos | Não possui |
| **PROF. 5** | 45-50 anos | Mestre | Professor | 3 anos | 26 anos | Possui |
| **PROF. 6** | 25-30 anos | Mestre | Advogado | 3 anos | 5 anos | Possui |
| **PROF. 7** | 30-35 anos | Especialista | Advogado | 5 anos | 8 anos | Não possui |
| **PROFA. 1** | 30-35 anos | Mestre | Professora | 4 anos | 4 anos | Possui |

Fonte: elaboração dos autores.

Essa é uma situação elaborada por Ghirardi, Cunha e Feferbaum (2013), que mostra que apenas cerca de 2% dos docentes de Direito no Brasil trabalhavam, no ano da pesquisa, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva em instituições de ensino superior privadas. A escassez do regime de exclusividade na rede privada representa um obstáculo para que os professores se dediquem unicamente à docência. No caso aqui estudado, nenhum dos entrevistados está inserido nesse regime de trabalho. Porém, há três docentes que, mesmo sem


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

figurarem sob o regime de tempo integral com dedicação exclusiva, mantêm unicamente a atividade profissional docente.

O que se percebe é que, como em todas as áreas de ensino, a opção pela docência em Direito também carrega consigo certas motivações, cultivadas pelos profissionais que optam por realizar essa atividade. Como não há cursos de licenciatura em Direito, o docente trafega por outros caminhos antes de chegar ali. O Professor 1, por exemplo, advogado e mais experiente, falou que "o que me atraía, e ainda me atrai, na docência é a cobrança para estar estudando, sempre aprendendo para poder repassar o conteúdo daquela disciplina" (Professor 1).

Quando perguntado sobre as dificuldades encontradas nesse repasse do conteúdo em sala de aula, ele disse:

> [...] vem do fato de eu ser de uma geração muito apegada à lei e aos livros, onde os professores tinham um grau de cobrança muito objetiva. É, por exemplo, eu chegar em uma aula e não se admitir que o aluno não saiba do assunto, já que o assunto está no plano de ensino disponível desde o primeiro dia de aula. E o material é a bibliografia indicada, então, quando eu faço uma pergunta, o mínimo é que você saiba do que se trata. Havia um grau de cobrança de conteúdo muito forte. E hoje em dia, quando você vai imprimir isso nos alunos, muitos não acompanham. Muitas vezes, é uma falha de antes da faculdade, que vem do ensino fundamental ou médio. (Professor 1)

Como mencionado anteriormente, o estudo enrijecido que as universidades empregavam gerou consequências na própria trajetória acadêmica desses novos docentes. Não se trata, aqui, de julgar serem adequados ou inadequados determinados métodos, mas de apontar que a formação do aluno pressupõe escolhas e metodologias que poderão ser adotadas, posteriormente, na sua vida profissional. Nesse sentido, é possível notar que, apesar de a docência não ser, normalmente, a sua primeira opção profissional atualmente, pois, em sua maioria, exercem alguma outra atividade jurídica, os docentes entrevistados se preocupam


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

com a forma através da qual os alunos estão aprendendo o conteúdo em sala de aula.

A grande maioria dos entrevistados, além disso, ingressou no curso de Direito buscando concursos para o setor público. Assim, um perfil concurseiro (Maia & Neris, 2024) se torna recorrente nessa observação. A Professora 1, por exemplo, mencionou que "bem no início da faculdade, eu pensei em ser defensora". No mesmo sentido, o Professor 2 comentou que "na época, namorando com minha esposa, ela formada em Direito, estava tendo muito concurso para a área. E aí pensei 'vou fazer Direito pra tentar algum concurso'".

O Professor 3, mesmo advogando, apontou que se dedicava aos concursos, até migrar para a docência por estímulo da esposa. A aprovação em um concurso é por ele vista como um sonho:

> Num primeiro momento, assim que termina a graduação em Direito, quando você quer independência financeira, você pensa logo na advocacia. Aí, montei um escritório com alguns colegas e comecei a advogar, e lá a gente fazia de tudo, cível, trabalhista, cada um com sua expertise, enquanto estudava para concurso. Só que acabei deixando esse sonho do concurso em *stand by* porque a minha esposa, que é professora universitária de Direito há mais tempo do que eu, me estimulou a entrar nessa área. (Professor 3)

Já o Professor 7 disse que o seu ingresso na docência se deu por questões pessoais, tratando-se de uma vocação anterior até mesmo ao seu ingresso no mundo jurídico:

> Dentro do curso de Direito, desde o primeiro dia, eu me identifiquei pela docência porque, assim, minha mãe é professora, e 'filho de peixe, peixinho é'. Eu já tinha contato com a docência pela minha experiência com um projeto social [realizados em escolas], que me aproximou do caminho da docência, então foi um chamado. Eu acho que nunca quis, como tarefa principal da faculdade, advogar, isso veio mais como uma consequência da faculdade em si. O objetivo sempre foi a docência. Desde o primeiro


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> semestre sempre me envolvi com extensão e pesquisa, terminei a faculdade vivendo disso, já que nunca fiz estágio. (Professor 7)

O Professor 3, que se identificou como servidor público, mencionou que se dedicava aos concursos voltados para o Ministério Público e para a magistratura na época em que atuava na carreira policial. Segundo ele, esse estudo, somado à não aprovação, desmotivou-o ao longo dos anos, mas lhe forneceu uma ampla base de conhecimentos jurídicos:

> De lá, eu já saí com o intento de fazer concurso ou para o Ministério Público, que tem a ver com a sequência policial, ou então para magistratura. Comecei a estudar e a passar na primeira fase para concursos de juiz, até que fiz um concurso para analista, como forma de treinar, e eu acabei sendo chamado. Quando fui ver, financeiramente fazia muito mais sentido do que continuar na segurança pública – onde, na época, eu já era capitão de polícia – e eu vim. Só que o meu serviço público me trouxe uma ocupação muito grande, de carga horária, que prejudicou na minha trajetória para concurso público. Aí, eu vim logo como o assessor judicial, com uma carga horária muito grande trabalhando para juiz, e então eu acabei estancando, por um tempo, pelo cansaço, o estudo para concursos. E quando eu estava aqui, com 12 anos de experiência jurídica no Tribunal de Justiça do Ceará, fui convidado pela faculdade para ser professor. Eu já possuía 3 pós-graduações – administrativo, ambiental e processo civil, e a faculdade achou que, pela minha experiência, dava para ter algo para acrescentar lá. Depois que a leva de professores que vinha de Fortaleza, no início da faculdade, começou a regressar, há uns 4 ou 5 anos, apareceram as vagas para novos professores. (Professor 3)

Apesar da frustração com o objetivo em específico, ele aponta que isso foi importante para sua formação enquanto professor:


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> Hoje, para se passar num concurso do Ministério Público ou de magistrado, você precisa ter um nível de conhecimento muito elevado, é bem exigente e a concorrência é bem acirrada, isso me fez buscar conhecimentos profundos. Então, conhecimento superficial não seria o bastante para que eu ministrasse com satisfação. Mas, por meio desse esforço dobrado que a gente teve para concorrer nos concursos, então, me trouxe uma bagagem bem significativa para investir na transmissão do conhecimento. (Professor 3)

Desse recorte, nota-se que a instituição, por diversas razões, que foram elaboradas na sessão seguinte, possui professores tanto práticos quanto professores puramente acadêmicos. Embora não haja padrão de contratação aparente, percebe-se a prevalência de docentes que possuem um conhecimento derivado de outras áreas profissionais do campo jurídico. Ainda assim, a maioria acaba por se identificar como professor ante a outra atividade profissional que realiza, mesmo sendo esta última a responsável pelo seu padrão de vida, sem uma justificativa aparente para além da identificação pessoal com o campo docente.

## 4 O PROFESSOR(A) PROFISSIONAL DO DIREITO E O(A) PROFESSOR(A) PRÁTICO(A): AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DOCENTES

Diferentemente das universidades públicas, o ingresso dos docentes em faculdades privadas se dá por diferentes formas que não a seleção por meio de concursos públicos. A forma de entrada dos entrevistados é bastante variada. Alguns deles ingressaram após a indicação de outros docentes, enquanto outros foram chamados pela própria Coordenação do curso de Direito em razão de sua profissão.

> Fui convidado para ser professor de Legislação Empresarial no curso de Administração da faculdade. E aí, fiz conexões com a faculdade, sendo, em seguida, quando o curso começou, há 7 anos, convidado para ser professor


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

de História de Direito, o que foi a porta de entrada para lecionar outras disciplinas. (Professor 1)

Uma amiga conhecia o coordenador, e a minha esposa ventilou esse contato. [...] Eu já conhecia o coordenador durante o período em que lecionava em uma mesma instituição com ele. Aí, quando ocorreram algumas questões pessoais, eu acabei substituindo, pegando o bonde andando. (Professor 2)

Quando eu estava aqui [nessa cidade no interior do Ceará], com 12 anos de experiência jurídica no Tribunal de Justiça do Ceará, fui convidado pela Coordenação da faculdade para ser professor. (Professor 3)

Sendo ela uma faculdade privada, em busca de pessoas que possuam mestrado e doutorado, aconteceu uma indicação cruzada, onde eu indiquei outro professor e esse outro, quando entrou, me indicou também. (Professor 4)

Eu fui colega contemporâneo da faculdade de outro professor, e sou da mesma turma de outros também. [...] E esse professor, foi quem me indicou. Eu já tinha atuado com ele, que havia sido meu monitor em Processo Civil [...]. (Professor 5)

A faculdade estava com uma certa demanda de professores, eu era da cidade e ela meio que já fazia pedidos para o programa de mestrado [que fica em uma cidade vizinha] por professores que terminaram e eram da região. Num primeiro momento eu mandei meu nome, mas estava muito no início do mestrado, então eles não me chamaram. Aí, foi quando outro professor, que já tinha contato com a coordenação da faculdade, que disse "eles tão com demanda na disciplina tal" e a minha especialização era nela [...]. Aqui é assim, a gente meio que vai chamando uns aos outros. (Professor 6)


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> Recebi uma ligação do coordenador da instituição [...]. Ele disse "estou entrando em contato com você porque outra pessoa lhe indicou, está faltando professor aqui de Direito Civil e estou com dificuldade para encontrar professor para dar Direito das Coisas". Então, ele perguntou se eu tinha experiência na área e eu disse que "em dar aula não", mas que no TJ eu faço coisas práticas nessa área. (Professor 7)

Apenas um dos profissionais (a única professora entrevistada) apontou que mandou currículo para a instituição e passou por uma entrevista formal.

> Quando fiz minha primeira seleção [de doutorado], sem bolsa, na área da Sociologia e não passei, meus dois orientadores, do mestrado e o que seria o do doutorado, conversam comigo e dizem "olha, está tudo bem, sua graduação não é em Ciências Sociais, se aprofunde um pouco na área como um todo e volta". Só que minha família, que estava me apoiando à época, pergunta "e aí, você vai esperar 1 ano pra tentar de novo? Vai fazer o quê, enquanto isso?". E aí foi onde a faculdade entrou na minha vida. Era uma cidade próxima, onde eu já havia morado, e aí eu coloco o meu currículo lá, há uns 2 anos, e fui chamada. (Professora 1)

Tais dados corroboram pesquisas anteriores, as quais apontam que "o ingresso na docência nos cursos de Direito em instituições privadas quase sempre é resultado de um convite formulado pelo coordenador ou diretor do curso" (Carlini, 2007, p. 329), em contraste à existência de concursos públicos para universidades, que acabam exigindo do docente um amplo currículo na pesquisa e na extensão, com publicação de trabalhos, além de titulação de pós-graduação *stricto sensu* – embora alguns dos docentes entrevistados afirmam que possuir esse título foi o que facilitou o seu ingresso na instituição.

A pesquisa aponta, ainda, que cinco dos professores pertencentes ao grupo estudado, ao ingressarem no mercado de trabalho, não tinham como meta profissional ingressar na carreira do magistério superior. Em relação aos que já


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

tinham em vista a docência, há aqueles para os quais ser professor não era a prioridade, mas compunha os planos profissionais do entrevistado. É o que se nota nos termos do Professor 1: "desde aquela época [em que me graduei, em uma instituição privada de ensino superior], eu pensava em advogar, mas também a área da docência sempre foi muito atrativa. Então, sempre busquei alguma oportunidade para lecionar".

Já o Professor 4, um docente novato, com pouco mais de um ano de experiência e tendo concluído recentemente o curso de mestrado, nunca se interessou pelo mundo do Direito e busca a docência desde que se graduou. Além de seguir caminho contrário à maioria dos colegas no que diz respeito a ter outras profissões em paralelo ao magistério, ele aponta:

> Eu nunca quis muito participar no mundo do Direito, mas nesse meio, sempre tive interesse na docência. Nunca tive interesse em advogar ou em outros ramos. Então, logo quando terminei a graduação, já emendei com um mestrado pensando em partir para a docência. (Professor 4)

Ele afirma também que permanece interessado em realizar pesquisas científicas, atividade esta que necessitou interromper temporariamente por diferentes razões. Percebe-se que, na fala do docente, docência e pesquisa se apresentam de modo separados, o que é um dado relevante e ilustrativo da realidade de parte do corpo docente em Direito no Brasil, especialmente em relação àqueles que trabalham em instituições privadas de ensino superior:[4]

> Hoje, eu me identifico mais como docente do que como pesquisador, em razão desse contexto atual. [...] A pesquisa, hoje, está um pouco mais complicada, porque acabou que, quando se encerra um vínculo [o do

[4] O baixo suporte à pesquisa em instituições privadas de ensino superior é uma realidade que se faz presente na grande maioria das faculdades privadas de Direito no Brasil, como apontam Barros e Barros (2018), que afirma que tais instituições buscam atender à interesses de mercado e que, em diversas circunstâncias, não incentivam as atividades voltadas à pesquisa.


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> mestrado], um novo de pesquisa só se restabelece em um novo processo de seleção, em um novo grau em outra universidade. Mas continuo me inserindo em alguns grupos de pesquisa, em um número bastante reduzido se comparado à época do mestrado. E nesse contexto de faculdade privada, onde a pesquisa não é muito incentivada, é mais complicado viver da pesquisa. Então, a gente volta a cabeça para outros concursos, e outras formas de subsistência. (Professor 4)

Em relação à autoidentificação profissional dos docentes entrevistados, existe uma tendência por parte de cinco desses professores a se identificarem enquanto docentes, embora, para alguns desses docentes, o magistério não seja a atividade que ocupa a maior parte do tempo que dedicam à vida profissional ou que lhe ofereça maior remuneração. Um deles, identifica-se simultaneamente como advogado e professor. Dois deles, quando perguntados, afirmaram:

> Quando me perguntam, eu me identifico como professor, antes de advogado, é o que me vem à mente em primeiro momento. Interessante, inclusive, ontem à noite, a coordenadora da instituição onde estava dando aula recebeu alguns representantes da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] lá, e eles sempre se referiam a mim como professor, e não como advogado, coisa que eu, particularmente, até prefiro. Nunca me refiro a mim como advogado. Ainda que a advocacia me tome mais tempo, e eu tenha mais número de horas de trabalho nela, quando sou chamado a me apresentar, é como professor. (Professor 2)

> [Quando perguntado se exerce apenas a docência] Não, atualmente eu advogo. [...] Hoje eu me identifico como professor, mas é mais por questão de decepção [com a advocacia], porque quando vem o retorno financeiro pra mim é insignificante, pela demora de muitos anos do processo em andamento para ter um retorno muito baixo. Por mais que a diferença salarial não seja tão grande, pelo menos é algo fixo. (Professor 7)


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Um relato importante acerca desse tema é feito pelo Professor 1. O docente identificou-se simultaneamente como advogado e professor. Mais do que isso, ele vê sua identidade mudar de acordo com a função que está desempenhado; ou seja, sua identidade flutuaria conforme o horário do dia.

> Hoje em dia, essa identificação como advogado ou professor depende do horário do dia. Ao longo do dia, me identifico como advogado e também me dedico à procuradoria geral do município, onde também atuo. À noite, meu horário exclusivo é da docência, não trato de mais nada. (Professor 1)

É comum que professores do Direito tenham mais de uma profissão, e isso é algo que se reflete, principalmente, nas instituições de ensino privadas. É também isso o que se verifica pela maioria (cinco) dos entrevistados, que atuam como advogados ou servidores públicos. Três dos entrevistados atuam exclusivamente como docentes, sem exercer outras funções no mercado de trabalho.

É válido notar, a partir das citações acima, que, embora alguns dos docentes demonstrem um distanciamento das áreas jurídicas e das profissões jurídico-práticas, isso é algo que, em algum momento, foi sugerido por pais e amigos como opção para carreira no Direito, em razão de possibilitarem maior remuneração em relação à docência nos dias atuais. Sobre esse ponto, a questão financeira é um ponto bastante mencionado nas entrevistas com os docentes, que enfatizam uma necessidade de empreender outras atividades profissionais como forma de ter o seu ganha-pão, sejam elas anteriores ao seu ingresso na docência, sejam posteriores, como o professor citado acima apontou.

Corroborando esse raciocínio, este outro professor, que exerce atividades como servidor público, afirma que a sua identificação profissional se dá em razão da sua carga horária, e que, atualmente, vê a docência como uma forma de *hobby*, exatamente em razão do aspecto financeiro:

> Quando me perguntam, me identifico como servidor público, por causa da minha carga horária. Posso dizer que financeiramente é uma condição bem maior do que no magistério. Quem realmente me sustenta é o serviço


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> público, infelizmente a docência ainda é um pouco desvalorizada nesse sentido. O magistério, hoje, eu tenho como *hobby*. Sair à noite de casa, interagir com pessoas, aprender também, a partir da relação aluno-professor, tem diversos momentos ali que a gente aprende mesmo. E isso é o que me faz não ficar estacionado no momento. (Professor 3)

Sobre os diferentes perfis observados entre os docentes, foi possível notar que não existe um padrão quanto às suas formações. Existem professores do Direito vinculados a diferentes atividades jurídicas, como a advocacia e o setor público, cujo emprego na faculdade não é a sua função profissional principal. Além disso, alguns deles possuem sua formação original em outras áreas, como as Ciências Exatas, Sociais e da Saúde, mas acabaram migrando para o Direito. Um dos professores, por exemplo, mencionou que cursou Administração, chegando, inclusive, a lecionar na área, pelos seguintes motivos:

> Há quase dez anos eu fui convidado para ser professor de legislação empresarial no curso de administração da faculdade, mas apenas por um semestre [...] passei em uma [universidade pública] para administração, que eu achava que era necessário para advogar para empresas, então fiquei cursando as duas coisas ao mesmo tempo – Direito na particular, até descobrir que não era assim e decidi trancar o curso de administração. (Professor 1)

Esta outra docente, que se caracterizou como uma exceção dentro do grupo analisado, chamou a atenção por ter um perfil bastante híbrido de formação acadêmica. Ela fez não apenas uma pós-graduação em uma área diversa, nas Ciências Sociais, como, atualmente, cursa licenciatura em Letras, além de ter participado de grupos de extensão tanto nas Ciências Sociais quanto na Enfermagem. Essa professora coloca a sua experiência em outras áreas como parte essencial da sua formação profissional, caracterizando-se como o seu primeiro contato com a pesquisa e a extensão, algo que, na graduação em Direito, nem sempre pareceu-lhe uma possibilidade.


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> Fui bolsista em um [projeto de extensão], fora da minha área, que era da Enfermagem, da segunda metade da faculdade, e esse projeto me levou para a pesquisa. [...] Não foram meus professores de ensino, mas foram na pesquisa, na iniciação científica, na metodologia e na extensão. E eu amei esse lado da universidade. Ver o outro lado do tripé ensino-pesquisa-extensão. Eu já não estava gostando tanto assim do Direito, mas não queria abandoná-lo por já estar na metade, decidindo, então, ressignificar isso aqui. Logo no final da faculdade, o vínculo da bolsa se encerrou e eu entrei como voluntária em outro projeto, dessa vez, enquanto pesquisadora nas Ciências Sociais, e foi outra coisa com que eu me encantei. E foi, justamente, onde fiz o meu mestrado, sendo que o meu orientador foi o professor orientador do projeto. [...] No momento, estou cursando outra graduação também, em Letras, e tenho um objetivo de fazer um doutorado em Educação. Eu levo essa graduação para mim como *hobby* mesmo, pelo hábito da leitura que tenho pra passar meu tempo livre. (Professora 1)

Quando perguntada sobre a sua identificação, ela respondeu que:

> Depende. Quando estou na graduação, mesmo quando encontro outros professores, se me perguntam o que sou, sem uma pretensão maior, apenas uma pergunta superficial, eu digo "estudante de letras". Em outros ambientes, se preciso me apresentar profissionalmente, eu digo "sou professora", mas não respondo logo de quê. Se insistem um pouco mais, digo o nome da instituição. E se continuar persistindo, digo que sou "professora de Direito" mesmo. (Professora 1)

Isso, no entanto, não muda o fato de que o grupo possui um alto nível de comprometimento com a sua área de atuação atual, principalmente com a docência. Percebe-se até mesmo que os docentes fazem uso de sua formação em outra área para aperfeiçoar seu método de ensino. Outros dois professores, por exemplo, ilustram também o que foi dito acima, mas em relação a uma área que


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

sequer tinha ligação com as ciências sociais ou humanas, caracterizando-se uma mudança expressiva na sua vida acadêmica.

> Minha primeira profissão foi a (Medicina) Veterinária. Trabalhei durante 5 anos em um consultório, sem carteira assinada, ou seja, com pouca segurança jurídica. Na época, namorando com minha atual esposa, ela, formada em Direito, falou que estava tendo muito concurso para a área. E aí, pensei "vou fazer Direito pra tentar algum concurso". Aí, comecei a fazer Direito e acabei gostando mais do que da Veterinária. (Professor 5)

> A preparação no meu ensino médio foi voltada para a saúde, para a Medicina, e eu lembro que na época fiz dois vestibulares, passando em outros cursos na área. Na época, as faculdades estavam em greve e eu entraria só no outro semestre, o que acabou atrasando em mais de um ano meu ingresso na faculdade. Durante esse período, eu me envolvi com um projeto social, em uma escola localizada na zona rural da cidade onde vivia, onde ajudava no aconselhamento de um núcleo de ciência – uma espécie de iniciação científica para alunos de fundamental. E aí, essa coisa social acabou se tornando uma grande tônica na minha vida, de apoio e assistência. Quando o [Exame Nacional do Ensino Médio] ENEM abriu, coloquei minha nota para Direito (em uma universidade pública), nas vagas que tinham lá, e acabou que deu certo. (Professor 7)

Outro docente, que se identifica como servidor público, também passou por uma grande mudança na sua vida acadêmica:

> A minha área era a de segurança pública, eu era Policial Militar. Certo dia, eu fiz a segurança pessoal de um juiz, e, viajando juntos, a gente conversava sobre diversos assuntos, sendo inevitável surgir assuntos jurídicos nessas conversas. E aí, acabei me encontrando nesta área do Direito, comecei a gostar e cheguei à conclusão que era o que eu queria. Mas, primeiro, tive que investir na carreira que eu já seguia, na polícia, e por isso fiz um bacharel em


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> Segurança Pública, mas já com o intento de que, assim que concluísse, eu ia pro Direito. Depois que me graduei nela, onde 70% mais ou menos do curso já era conteúdo jurídico, passei no vestibular e fui cursar Direito em uma cidade no interior daqui do Ceará, numa faculdade pública. (Professor 3)

Ele também aponta que foram seus estudos para concursos que lhe garantiram um conhecimento vasto o bastante não apenas para ser notado e convidado pela faculdade, mesmo sem possuir um diploma de mestrado ou doutorado, como também para ministrar disciplinas diversas:

> Eu quero enaltecer os efeitos colaterais de estudo para concurso público de alta dificuldade, agregar conhecimento para utilizar em qualquer área que você trabalhar – mesmo não sendo aprovado nesses mais de ponta, o meu estudo aprofundado para galgar essas carreiras me fez agregar conhecimento na minha parte profissional hoje e no magistério, também. Não sei se é porque a gente sempre tem que ser exigido com uma certa dificuldade, para que a gente adquira conhecimento, já que a gente, sozinho, parece que não consegue, o estudo para concurso agregou isso na minha vida. (Professor 3)

Além disso, é comum a presença, na instituição, de professores que não possuem mestrado, o que reforça a ideia de que seu ingresso como docente se deu pela sua atividade como jurista prático. Ainda assim, alguns deles apontam que têm como objetivo o aprofundamento de sua formação acadêmica e sua consolidação como docentes: "A questão do mestrado sempre me atraiu [...]. Mas, por indisciplina mesmo, não consegui e tenho esse objetivo em breve" (Professor 1).

> Eu ainda tenho muita vontade de fazer um mestrado, só estou num pause, no momento, porque demandaria sair daqui para outra cidade pra fazer, o que é impossível com as atribuições que tenho. Mas é um desejo que tenho, tanto para melhorar o conhecimento quanto, quem sabe, ter mais bagagem


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> profissional para me ajudar nas minhas tarefas. [...] Eu ainda pretendo fazer um mestrado, é o meu alvo. Só pretendo me aprofundar no magistério depois disso, já que, com a faculdade só progredindo, isso seja mais necessário. (Professor 3)

Outro ponto identificado é que, dos 8 entrevistados, 7 tiveram a sua primeira experiência como docentes nessa instituição privada. Apesar de terem experiências anteriores de monitoria, de estágio docência ou até mesmo em Ensino Médio ou dentro das corporações onde trabalhavam, a faculdade se demonstrou o primeiro ambiente que abriu as portas ao magistério na graduação para boa parte deles.

Apesar disso, aquele que lecionava em outras instituições, mencionou que já ensinava há mais de 10 anos, sendo o professor mais longevo dentre os entrevistados, passando por diversas faculdades privadas de Direito. Ainda assim, apontou um elemento da instituição que o encantou mais do que esses outros ambientes: a relação com os demais professores.

> Se comparado aos lugares que lecionei até hoje, é a relação mais amistosa possível que tive. Eu tenho uma relação mais próxima com os professores que vêm da minha cidade para cá, e ficam aqui no alojamento. Além disso, os colegas daqui da Cidade também são muito amistosos. Com alguns deles, inclusive, a gente costuma sair para jantar depois da aula. (Professor 2)

Essa é uma característica que se observa, também, na fala de outros professores. Essa docente, quando perguntada, colocou a relação com os professores do Direito como um forte grupo de apoio, emocional e de amizade, demonstrando a existência de um relacionamento muito próximo que a motiva a permanecer na instituição:

> Estava até conversando sobre isso na mesa num barzinho ontem – a gente tem o hábito do *happy hour*, de sair para comer juntos – que é tudo muito orgânico. É uma máquina muito bem lubrificada onde todo mundo se ajuda.


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> Todo mundo se dá bem, ninguém quer puxar o tapete de ninguém. A gente não tem um discurso de empatia como se tem na Psicologia, onde temos uma amizade também, mas na prática, a gente se comporta de uma forma muito empática. Tenho muito orgulho dos meus colegas. É um ambiente muito bom. Eu tive muito medo de retornar para o Direito porque achei que ia ser uma briga de egos, e quando eu cheguei aqui, eu queimei a língua, só de um dia ter pensado isso. É ótimo. As reuniões do colegiado, do NDE [Núcleo Docente Estruturante], são muito divertidas. Mesmo questões mais sérias, a gente sempre resolve em conjunto. (Professora 1)

A fala da professora dá a entender que o sentimento competitivo não existe internamente, e que o contato constante com professores de diferentes trajetórias e perfis não se externaliza como um conflito expresso, mas gera um ambiente de acolhimento entre os docentes. Isso demonstra como, apesar do distanciamento, anteriormente mencionado, que alguns docentes mantêm em relação às demais profissões jurídicas, há um entendimento de que a convivência com docentes práticos possui algo a oferecer para sua metodologia de ensino e para suas ambições profissionais. Isso também se apresenta entre os próprios professores práticos, de modo que as diferentes trajetórias apontam para influências diversas sobre suas formas de ensino:

> Minha relação com o restante do corpo docente é perfeita. Eu realmente digo tanto aos alunos quanto aos professores: uma das minhas finalidades em sala de aula, na faculdade, é fazer amizades. [...] E professores mais ainda, nós temos uma relação muito amigável. Eu tento escutar, indagar, o que eles têm de positivo pra eu poder aplicar em sala. Uma verdadeira troca de técnicas. (Professor 3)

> A minha relação com os professores é que eu sou um grande "paneleiro" mesmo. Tenho zero problema com eles. Me coloco muito no sentido de que, quando tem algum aluno reclamando de algum professor, eu vou lá e defendo, sou chamado de "corporativista", que "vai sempre defender a


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

> classe". Mas não é isso, eu tento me colocar num lugar de empatia com meus colegas. Essa relação é uma das coisas que me motivam aqui na faculdade, ter o momento da fofoca, da interação. (Professor 4)

Embora os docentes relatem que a relação com os alunos é majoritariamente positiva, essa harmonia é, por vezes, desafiada. Há episódios em que a metodologia de ensino escolhida não se mostra adequada ou suficiente para engajar os discentes, o que pode levar à ocorrência de conflitos em sala de aula. Este professor, mais inexperiente em relação aos demais, aponta que o seu pouco tempo de sala de aula pode ser um fato problemático em algumas relações:

> Dentro dessas relações aluno professor, há uma série de expectativas que, se você atende a todas elas, existe um problema. Se você tem uma turma de perfil mais desleixado, ela tem expectativa de que você pegue mais leve, faça concessões, abdique da rigorosidade, coisas que eu não abro mão. Em algumas delas, a relação é boa, por haver essa compreensão de que, apesar de eu ser uma pessoa bem-humorada em sala de aula, eu não abro mão dos processos mais rigorosos. Algumas turmas compreendem bem isso. [...] Acho que um problema de muitos pode ser não saber dizer "não". Não entender que existem concessões o tempo todo, de todos os lados, e que existe uma relação de hierarquia que não pode morrer nunca. Algumas compreendem, outras não. Já peguei algumas que me desgastaram bastante mentalmente, por não entenderem que a graduação é um espaço sério, onde você tem que se dedicar, se não, não consegue seu diploma. Eu tenho muito dentro de mim que é necessário dizer "não", embora muitas vezes eu tenha medo e sinta que possa ficar vulnerável em alguns momentos. (Professor 4)

Já o Professor 2 afirma: "tenho uma relação muito boa, não costumo ser um professor que conta muita piada, tido como comediante, mas não é por outro motivo senão o foco no conteúdo, o que a gente tem a tratar em sala de aula". Sua postura mais séria é o que ele considera mais eficaz diante de seus alunos. Ele


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

afirma que precisa buscar mecanismos mais atrativos para os alunos, pois tem encontrado dificuldade no que diz respeito à competição com as telas:

> O fato de que você tem que competir com as telas. A questão das tecnologias tem atrapalhado. E hoje, também, você tem um volume avassalador de conteúdo para passar pros alunos, e aí você tem que escolher o que tem mais relevo, mais destaque. Então, assim, o conhecimento jurídico se expandiu muito da época que me graduei pra hoje. É um volume gigantesco de informações que você tem que falar em sala. É um conteúdo que às vezes tem um certo teor muito técnico e o tempo não permite. (Professor 2)

Outro menciona algo que pode ser entendido como uma combinação das duas realidades acima citadas pois, apesar de tentar ser amigo de suas turmas, tenta "não ser próximo, porque na proximidade, às vezes, as pessoas perdem a relação de professor e aluno, de respeito, e tende a confundir as coisas e passar do limite" (Professor 5). Além disso, mencionou que uma dificuldade encontrada na docência em sala foi o fato de que os discentes "estão perdendo o hábito de leitura, e com o celular estão perdendo a capacidade de focar, de prestar atenção" (Professor 5), o que produz dificuldades metodológicas e necessidades de readaptação do ensino. Isso faz com que eles busquem alternativas para inovar em seus métodos de ensino a partir de uma interdisciplinaridade com outras áreas de estudo.

> Estou fazendo uma licenciatura para justamente enriquecer minha diversidade de áreas, mas também minha qualidade como docente em sala de aula. Como a gente faz bacharel, a gente não é ensinado a dar aula. E na licenciatura, eu vou aprender a fazer isso. Então, é por isso que eu estou na licenciatura, pela capacitação. (Professora 1)

Nessa perspectiva, o ensino jurídico deve lidar com a necessidade de adaptação às demandas de discentes com diferentes dificuldades e perfis, exigindo


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

formas inovadoras de ensino e o apoio acadêmico de outros docentes. O fortalecimento dos vínculos afetivos entre professor e aluno é fundamental para promover a aprendizagem, tendo em vista que estratégias de ensino tradicionais podem não atender às necessidades dos estudantes contemporâneos. A proposição, portanto, de discussões sobre práticas dialógicas e abertura para participação pode oferecer alternativas à resolução de alguns desses conflitos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de estudo amplamente citado ao longo do trabalho permite concluir que não existe um perfil padronizado em termos de formação profissional e de trajetória acadêmica desses professores, que trazem conhecimentos de seus campos profissionais anteriores para a sala de aula, os quais se refletem em suas metodologias e na sua relação com os alunos e com a instituição. Essa ausência de um padrão da identidade profissional entre os docentes da faculdade não deve ser entendida, necessariamente, como desvalorização da docência, porém, é um indício de que ainda há uma busca pela consolidação da carreira acadêmica nessa área, marcada por transições entre campos e múltiplas identidades profissionais.

No que diz respeito à pesquisa empírica na instituição de ensino superior privada analisada, na qual não existe concurso e a seleção de docentes segue outros critérios, como avaliação curricular ou indicações por professores já consolidados, o recorte de professores entrevistados possibilitou observar uma tendência à contratação de profissionais que atuam em diversas áreas do Direito. Esse contexto permite a multiplicidade de perfis entre os professores da instituição, havendo entre eles advogados e servidores públicos, demonstrando como o ensino jurídico pode ser bastante plural na trajetória de seus profissionais, reflexo da complexidade do campo do Direito no Brasil.

Conversando com os 8 professores (que atuam de forma presencial na faculdade) sobre suas trajetórias, notou-se que, em sua grande maioria, o trabalho naquela faculdade surge como primeira oportunidade profissional no mundo acadêmico, sendo esse um elemento considerável nessa forte mistura de perfis e


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

trajetórias jurídicas. Além disso, para a minoria que já era docente antes de trabalhar na instituição, o fato de se tratar de um curso recém-criado facilitou o ingresso mesmo para aqueles que não possuem titulação de mestrado ou doutorado, proporcionando-lhes muito conhecimento prático advindo de outras carreiras jurídicas, como serviço público e advocacia privada.

Entretanto, apenas três deles puderam ser identificados como uma exceção ao professor prático, e a grande maioria exerce a atividade advocatícia. É um perfil verificado em outras pesquisas aqui referenciadas, através dos quais a docência se mostra uma profissão insuficiente para que o jurista consiga encontrar nela a sua forma de ganhar a vida. Embora seja colocada como uma atividade que ele deseje e goste de realizar, na prática, a identificação exclusiva com o ser professor é quase que inexistente nesse recorte, tratando-se de uma característica observada, principalmente, em instituições privadas em detrimento do crescimento nas públicas. São, portanto, professores acidentais na perspectiva do trabalho.

Ainda assim, pelas falas trazidas, evidencia-se que alguns deles têm como meta intensificar ainda mais sua dedicação ao ambiente acadêmico, por meio de cursos de pós-graduação *stricto sensu* ou através da aquisição de maior experiência no campo, capaz de refletir-se em novos conhecimentos a serem trabalhados junto aos discentes. Os docentes entrevistados reforçaram como parte de seu objetivo profissional o fortalecimento da dedicação exclusiva ao magistério, investindo em pós-graduação e aprimoramento, sinalizando uma tendência – mesmo que inicial – de crescimento desse perfil também no interior e nas faculdades privadas.

É importante mencionar que os resultados trazidos devem ser interpretados levando-se em consideração as limitações acarretadas pelo recorte realizado nesta pesquisa. Embora não se trate de um estudo que alcance todos os docentes do curso de Direito em questão, a amostragem oferece elementos importantes para a observação dos aspectos relativos aos perfis que compõem o grupo, ainda que haja a limitação referente ao universo estudado. Dessa forma, não se deve proceder a uma generalização da análise, tendo em vista que o objetivo da pesquisa consistiu em uma análise qualitativa das trajetórias e das identidades profissionais do grupo.


Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

## REFERÊNCIAS

Anastasiou, L. G. C., Cavallet, V. J., & Pimenta, S. G. (2002). Docência no Ensino Superior: construindo caminhos. In I. C. A. Fazenda & A. J. Severino (Orgs.), *Formação docente: rupturas e possibilidades* (pp. 207-222). Campinas: Papirus.

André, M., & Romanowski, J. (1999). Estado da arte sobre formação de professores nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, 1990 a 1996. P*rograma e Resumos da 22ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped)*, Caxambu-MG.

Barbosa, A. C. F., & Coelho, V. D. (2020). A sociologia jurídica como experiência pedagógica. *72ª Reunião Anual da SBPC*. Recuperado em 9 de julho de 2025, de https://reunioes.sbpcnet.org.br/natal/inscritos/resumos/1700_1ff0aaab0ca19a886f4538dee14c81ddf.pdf

Barros, M. A. L., & Barros, M. D. (2018). Os desafios e os novos caminhos da pesquisa em direito no Brasil. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, *5*(1), 25-48. https://doi.org/10.19092/reed.v5i1.177.

Bertaux, D., & Kohli, M. (1984). The life story approach: a continental view. *Annual Review of Sociology*, 10, 215-237. https://www.jstor.org/stable/2083174

Bonelli, M. G. *et al*. (2019). Intersecções e identidades na docência do direito no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, *34*(3), 661-688. https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030002

Bourdieu, P. (2009). *O senso prático*. Petrópolis: Vozes.



Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Brito, Y. S. (2019). *"Professora, que bom que você tá aqui": trajetórias e identidades de docentes de Direito da UFBA, UnB e USP no contexto pós-cotas* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília].

Carlini, A. L. (2007). O professor de Direito: perspectivas para a construção de uma identidade docente. In J. C. A. Almeida Filho, A. Carlini, & D. T. Cerqueira (Orgs.), *180 anos do ensino jurídico no Brasil* (pp. 321-341). Campinas: Millennium Editora.

Diniz-Pereira, J. E. (2013). A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, *22*(40), 145-154. https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2013.v22.n40.p145-154

Falcão, J. D. A. (1981). Mercado de trabalho e ensino jurídico. *Revista Fórum Educacional*, *5*(3).

Faulkner, R. R., & Becker, H. S. (2008). Studying something you are part of: the view from the bandstand. *Ethnologie Française*, *38*, 15-21. https://shs.cairn.info/journal-ethnologie-francaise-2008-1-page-15?lang=en

Ghirardi, J. G., Cunha, L. G., & Feferbaum, M. (2013). *Observatório do ensino de Direito*. São Paulo: FGV Direito SP.

Maia, M. S. F. (2024). Ser professor(a) acadêmico(a) de direito no Brasil: construindo uma identidade profissional em um grupo "desviante". *Oñati Journal of Emergent Socio-legal Studies*, *14*(2), 459-477.

Maia, M. S. F. (2025). Como se faz um(a) professor(a)? A dedicação exclusiva em um curso de Direito no Brasil. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, *12*. https://doi.org/10.19092/reed.v12.880



Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Maia, M. S. F., & Neris, L. G. D. (2024). Uma pessoa trabalhadora e "família": a identidade concurseira nas representações de Instagram. *Revista Direito GV*, 20. https://doi.org/10.1590/2317-6172202402

Masetto, M. T. (2003). *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus.

Mello, R. I. C. (2007). *Ensino jurídico: formação e trabalho docente*. Curitiba: Juruá.

Musse, L. B., & Filho, R. F. (2015). Docência em Direito no Brasil: uma carreira profissional? *Revista Jurídica da Presidência Brasília*, *17*(111), 173-203. https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2015v17e111-1112

Oliveira, P. Z. (2012). *O profissional docente do Direito e sua formação pedagógica: desafios e compromissos* [Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Oeste Paulista].

Ordem dos Advogados do Brasil. (2022, 2 de agosto). Brasil tem 1 advogado a cada 164 habitantes: CFOAB se preocupa com qualidade dos cursos jurídicos. *Ordem dos Advogados do Brasil*. https://www.oab.org.br/noticia/59992/brasil-tem-1-advogado-a-cada-164-habitantes-cfoab-se-preocupa-com-qualidade-dos-cursos-juridicos

Sguissardi, V. (2015). Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *Revista Educação & Sociedade*, *36*(133), 867-889. https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688

Soares, F. H. M. (2010). *Docência jurídica: construção da identidade docente* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Direito, Centro Universitário Eurípedes de Marília].



Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

Wolkmer, A. C. (2015). *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito* (4ª ed.). São Paulo: Saraiva.

**Luis Gustavo Régis Pitombeira:** Bacharel e mestrando em Direito pela UFERSA. Docente em Direito pela Faculdade Vidal de Limoeiro do Norte (FAVILI). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6598-6200. E-mail: gustavopitombeira@gmail.com

**Thiago Arruda Queiroz Lima:** Doutorado em Direito pela Universidade de Brasília, Brasil (2019). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4264-9441. E-mail: thiago.arruda@ufersa.edu.br

**Data de submissão:** 13/11/2025
**Data de aprovação:** 08/07/2026



Este artigo encontra-se licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional